



MULHERES NA CIÊNCIA

Maternidade no currículo

Projeto de pesquisadoras estima impacto das atividades como mãe na carreira científica

Fazia pouco tempo que a cientista da computação Juliana Freitag Borin havia ingressado como professora no Instituto de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) quando deu à luz seu segundo filho, em junho de 2012. Ao voltar da licença-maternidade, seis meses depois, retomou suas aulas, a orientação de alunos e o desenvolvimento de pesquisas sobre redes de computadores e internet das coisas, mantendo intensa produção acadêmica. Em 2016, quando nasceu seu terceiro filho, foi diferente. “Saí com a expectativa de que conseguiria tocar ao menos parte das minhas atividades”, conta. Logo percebeu que isso não seria possível. A solução foi encaminhar os orientandos da pós-graduação para colegas de departamento e as disciplinas sob sua

responsabilidade para outros professores. Quando voltou à universidade, sua produção já não era a mesma.

Juliana é uma das muitas pesquisadoras brasileiras que se veem diante do desafio de conciliar as atividades docentes e em laboratório com as demandas da maternidade – que, não raro, coincidem com o período de consolidação da carreira. A conclusão é de um estudo desenvolvido no âmbito do projeto “Parent in Science”, criado em 2017 com o propósito de discutir a maternidade no universo acadêmico brasileiro. Para o estudo, cujos resultados preliminares foram apresentados em maio no 1º Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência, em Porto Alegre, foram ouvidas 1.182 pesquisadoras – 921 mães.

A maternidade teve impacto negativo na trajetória profissional de 81% delas.

O projeto surgiu por iniciativa da bióloga Fernanda Staniscuski, do Departamento de Biologia Molecular e Biotecnologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre. Em 2015, aos 34 anos, durante a licença-maternidade do segundo filho, Fernanda recebeu um comunicado da Fundação Internacional para a Ciência (IFS) – organização sem fins lucrativos que oferece bolsas de pesquisa a jovens cientistas de países em desenvolvimento – sobre a necessidade de apresentar o relatório final de um financiamento que lhe havia sido concedido anteriormente. A mensagem também indicava a possibilidade de solicitar nova verba de fomento à

pesquisa. “Em meio aos cuidados de duas crianças, esqueci de responder ao e-mail”, recorda. “Meses depois, recebi outro comunicado, informando que o relatório final estava atrasado e que eu não estava mais elegível para pedir novo apoio.”

Ao compartilhar nas redes sociais suas frustrações e dúvidas sobre o conflito entre ser uma boa mãe e uma boa cientista, Fernanda percebeu estar diante de um problema abrangente e pouco discutido. Foi quando surgiu a ideia de criar, com outras pesquisadoras que experimentaram os mesmos dilemas, o “Parent in Science”. O objetivo inicial era criar um fundo de pesquisa para mães cientistas. “No entanto, percebemos que não tínhamos dados sobre o impacto da maternidade na carreira científica no Brasil”, diz. “Foi assim que convertemos o ‘Parent in Science’ em um projeto de pesquisa para estimar esse impacto.”

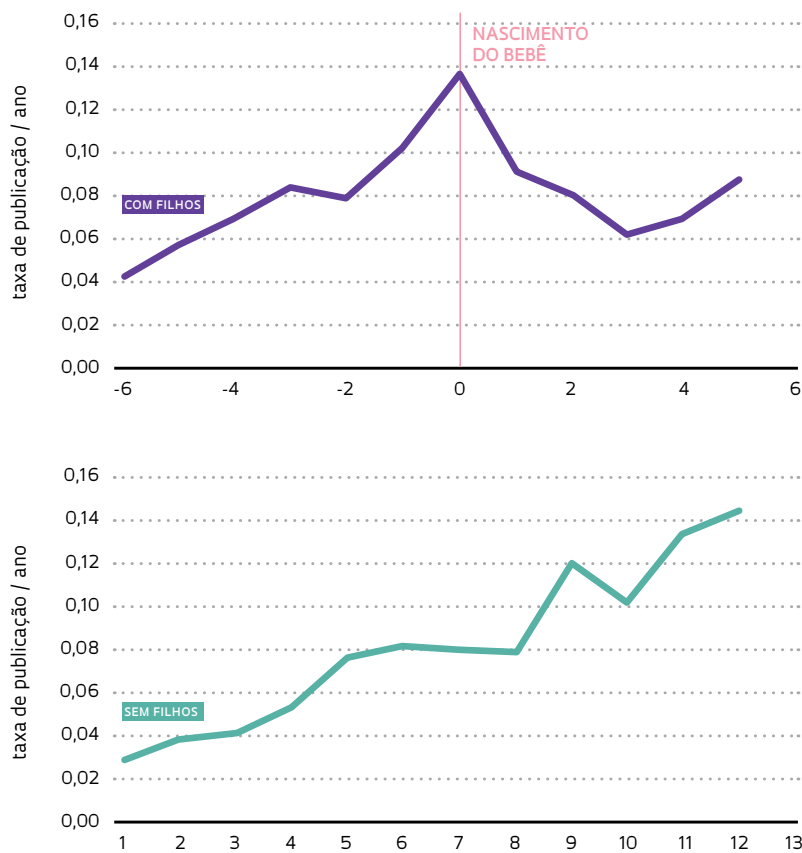
BAIXA PRODUTIVIDADE

Para levantar os dados, as pesquisadoras criaram um questionário – acessível a todas as interessadas em <http://bit.ly/2IyOITf>. Para a maioria das entrevistadas, o principal obstáculo enfrentado pelas cientistas que se tornaram mães é conseguir financiamento para projetos de pesquisa. A dificuldade parece estar associada à lógica da produtividade que norteia as avaliações de desempenho e a progressão profissional dos cientistas. “Ocorre que muitas pesquisadoras que se tornam mães passam por um período de queda na produtividade acadêmica”,



Trabalho comprometido

Produtividade das pesquisadoras que se tornaram mães cai significativamente em relação às que não têm filhos



FONTE: PARENT IN SCIENCE

destaca Rossana Soletti, professora da Universidade Estadual da Zona Oeste (Uezo), no Rio de Janeiro. Ela explica que enquanto as pesquisadoras sem filhos costumam manter uma taxa regular de publicações por ano, para muitas das que se tornam mães esse número cai significativamente, tendência que só começa a ser revertida quatro anos após o nascimento dos filhos (ver gráfico).

O impacto da maternidade na carreira acadêmica costuma variar conforme o campo de atuação da pesquisadora, observa a ecóloga Eugenia Zandonà, do Instituto de Biologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). “Aqueles que atuam em áreas como geologia, ecologia e paleontologia, por exemplo, que exigem períodos fora



A cientista da computação Juliana Freitag Borin (à esq.) e a bióloga Fernanda Staniscuaski (à dir.) ao lado de seus filhos

de casa em trabalho de campo, costumam sofrer mais com os impactos da maternidade”, explica. “Não é possível ficar muito tempo longe de casa na fase de amamentação e nos primeiros anos de vida das crianças.”

Fernanda conta que, depois de dar à luz o primeiro filho, teve projetos recusados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em editais de apoio à pesquisa, sob o argumento de que sua produção estava “aquém do esperado” em relação aos seus pares. “As agências financiadoras ainda não contabilizam o impacto da maternidade na produtividade ao avaliarem as propostas de financiamento”, ela ressalta. A exceção, segundo ela, é o Instituto Serrapilheira, fundação privada criada em 2017, no Rio de Janeiro, para financiar projetos de pesquisa. Em sua primeira chamada de propostas, o instituto concedeu às mães, de acordo com o número de filhos, um ou dois anos a mais na data-limite de conclusão do doutorado – um dos critérios de elegibilidade do edital.

“Uma conquista recente nesse sentido foi a aprovação da Lei nº 13.536/2017, que garante às bolsistas de mestrado e doutorado do CNPq e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [Capes] o direito de afastamento por maternidade ou adoção”, explica Tamara Naiz, presidente da Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG).

As universidades ainda não dispõem de políticas para as mulheres que retomam suas atividades após a licença-maternidade

“As mulheres agora podem suspender suas atividades acadêmicas por até 120 dias sem deixar de receber a bolsa.” A prorrogação da vigência corresponde ao período de afastamento do pesquisador. Em nota, a Capes informou que a prática é aplicada pela agência desde 2011. A FAPESP adotou política semelhante, mas com escopo maior, em 2013. Nela estão incluídas bolsistas de iniciação científica, pesquisadoras em estágio de pós-doutorado, da modalidade Jovens Pesquisadores em Centros Emergentes, entre outras.

Em geral, as universidades brasileiras não dispõem de políticas para mulheres que retomam suas atividades científicas após a licença-maternidade.

Em nota, a Universidade de São Paulo (USP) disse que “a reitoria está desenvolvendo ações para implementar novos projetos e integrar, em nível institucional, as iniciativas pontuais concebidas pelas suas unidades”. Diante disso,

as pesquisadoras do “Parent in Science” lançaram o movimento Maternidade no Lattes, que incentiva cientistas a incluírem em suas biografias, na plataforma, o tempo dedicado aos filhos durante a licença-maternidade. “A menção à maternidade no currículo acadêmico é uma prática comum em vários países”, comenta Rossana. “O objetivo é mostrar que não se pode comparar a produtividade de um pesquisador que não teve pausas na sua carreira com a de outro profissional que passou um período afastado.”

EXPERIÊNCIAS NO EXTERIOR

A lei sancionada em dezembro de 2017 constitui medida tímida se comparada com iniciativas de outros países. A National Science Foundation (NSF), principal agência de fomento à pesquisa dos Estados Unidos, por exemplo, oferece financiamento suplementar de cerca de US\$ 12 mil (aproximadamente R\$ 45 mil), por até três meses após o parto, para pesquisadoras e bolsistas de pós-graduação nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática custearem um técnico de laboratório. O Centro Europeu de Investigação também adaptou suas regras e criou, em 2008, um programa de igualdade de gênero que garante às mães pesquisadoras prazo maior para solicitar subsídios de pesquisa.

Já o Instituto Max Planck, da Alemanha, tem vários programas para mulheres com crianças.

Um deles garante assistência mensal extra de até € 400 (cerca de R\$ 1.700) para despesas domésticas e cuidados infantis a estudantes de pós-graduação em ciências naturais e medicina. Na Inglaterra, o Imperial College de Londres dispõe de bolsa para pesquisadoras que retornam ao trabalho após o parto ou adoção, eximindo-lhes por até 12 meses da responsabilidade de ministrar aulas ou lidar com questões administrativas, para que possam se concentrar em suas pesquisas. Na Argentina, o Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (Conicet), prorroga em um ano o limite de idade das candidatas a bolsas de pós-graduação, para cada um de seus filhos.

As pesquisadoras do “Parent in Science” reivindicam que as instituições de ensino superior e pesquisa e as agências de fomento ajustem o limite de tempo para análise da produção científica, de acordo com o período em que a pesquisadora esteve afastada. “Esse tipo de avaliação hoje se concentra nos últimos cinco anos de produção dos pesquisadores, sendo que esse período poderia ser estendido para seis anos, nos casos das mulheres que tiveram um filho, e para sete anos, no caso das que tiveram dois filhos ou mais”, diz Eugenia. Elas também defendem a elaboração e adoção de um “manual de boa conduta” a ser usado em bancas de concursos públicos para que não haja discriminação de gestantes e mães em processos seletivos. Outra medida seria a criação de creches próximas ou no próprio *campus* das universidades.

Em relação às agências de fomento, as integrantes do “Parent in Science” reivindicam, entre outros pontos, que concedam bolsas para pesquisadores substituídos durante o período em que estiverem afastadas e, a exemplo da FAPESP, auxílio para os dependentes menores de idade, no caso de bolsas no exterior. “É preciso naturalizar a maternidade no ambiente acadêmico”, advoga Fernanda. ■

Rodrigo de Oliveira Andrade

PERFIL

Do quartel para o laboratório

Antes de se tornar professor na Universidade Federal do Amazonas, pesquisador seguiu carreira militar na Força Aérea

ARQUIVO PESSOAL



Filho de cabo da Aeronáutica, Adolfo José da Mota cresceu em uma casa repleta de flâmulas, fardas e maquetes de aviões, de modo que seus pais não se surpreenderam quando disse que pretendia seguir a carreira militar. Em 1996, após concluir o ensino médio, foi aprovado em concurso para soldado de primeira classe, o que lhe permitiu frequentar os cursos de auxiliar e de técnico de enfermagem enquanto trabalhava no hospital de Força Aérea, em São Paulo. “Atuei como instrumentador no centro cirúrgico e plantonista na UTI por cinco anos”, relembra.

Em junho de 2001 prestou novo concurso, dessa vez para sargento. Aprovado, foi transferido para São José dos Campos, interior de São Paulo, onde trabalhou como enfermeiro no Centro Técnico de Aeronáutica (CTA) por mais cinco anos. Insatisfeito com as perspectivas da carreira, decidiu cursar uma graduação. Escolheu biologia, o curso com a mensalidade mais acessível na Universidade do Vale do Paraíba (Univap).

Os rumos de sua carreira começaram a mudar quando Mota se candidatou a uma bolsa de iniciação científica no laboratório do médico Francisco Gorgônio da Nóbrega. “Saí do laboratório

frustrado”, conta, sobre a primeira conversa com o professor. “Não entendia nada do que ele falava.” Apesar das dificuldades, foi aceito e iniciou seu trabalho em pesquisa. De dia, dividia-se entre a graduação e a investigação científica. À noite, dava plantões no CTA.

Animado com a dinâmica do laboratório, Mota aproveitou a política de estímulo à pós-graduação na instituição para investir em sua formação acadêmica. Ainda durante a graduação, adiantou algumas disciplinas do mestrado, o que lhe permitiu defender sua dissertação em genética de microrganismos apenas um ano depois da formatura. Quando o trabalho no CTA e a atividade de pesquisa se tornaram inconciliáveis, não hesitou: “Em fins de 2006 pedi dispensa da Aeronáutica e entrei no doutorado no Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo”.

Trabalhando com genética, Mota um dia teve a ideia de analisar o próprio DNA. Descobriu que tanto ele quanto as filhas carregam uma mutação genética responsável por um subtipo de diabetes mellitus. A descoberta despertou seu interesse pela genética humana, fazendo com que aceitasse o convite para se mudar para Manaus para assumir o cargo de professor na Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

Há seis anos na instituição, o ex-militar de 40 anos trabalha hoje na instalação de um laboratório capaz de produzir testes para o diagnóstico de doenças moleculares a preços acessíveis na própria universidade. A proposta, orçada em R\$ 1 milhão, conta

com recursos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam). ■

R.O.A.